

**(NÃO)BINÁRIO? A (NÃO)MARCAÇÃO DE GÊNERO NA LÍNGUA****(NON) BINARY? THE (NON)DESIGNATION OF GENDER IN LANGUAGE**Ezequiel Nunes Pires<sup>1</sup>

*A língua não para porque a língua não existe: o que existe são seres humanos que, em sociedade, em inter-relações político-culturais-ideológicas-econômicas, falam línguas.*  
(BAGNO, Marcos, 2015, p. 303)

**RESUMO:** Refletindo a diversidade de pessoas em nossa sociedade que se apresentam nas suas diversas formas, jeitos, gêneros e sexualidades, a língua se constitui como principal ferramenta de inclusão ou exclusão de sujeitos. Com a capacidade de criação e modificação da língua, os indivíduos nos apresentam diferentes formas de construir equidade social através dela: é o caso da não marcação de gênero binário na língua. Mais do que modificar estruturas frasais na fala, as novas formas sugerem novas construções, fenômeno bastante polêmico discutido por linguistas e leigos defensores de um tradicionalismo linguístico (ou gramático, dicionarizado). Desse modo, o objetivo deste trabalho é refletir sobre a linguagem, a língua e a fala com os pensamentos do linguista Ferdinand de Saussure em o Curso de Linguística geral (1988 [1916]) e os Escritos de Linguística Geral (2004 [1996]), apresentando a analogia como fator de criação e evolução da língua, discutindo sobre a mutabilidade da mesma e as suas representações (escrita e fala). Também, juntamente às reflexões, estão os estudos de Bagno (2015) e Franco e Cervera (2014).

**PALAVRAS-CHAVE:** Linguística. Linguagem neutra de gênero. Analogia. Valor.

**ABSTRACT:** Reflecting the diversity of people in our society who present themselves in their various forms, ways, genders and sexualities, language can be constituted as the main tool for inclusion or exclusion of subjects. With the ability to create and modify language, individuals present us with different ways of building social equity through language, such as not marking binary gender in it. More than modifying phrasal structures in speech, the new forms suggest new constructions, a very controversial phenomenon discussed by linguists and lay people who defend such traditionalism in linguistic (or grammar, dictionary). Thus, the aim of this work is to reflect on language, language and speech with the thoughts of the linguist Ferdinand de Saussure (1988 [1916], 2004 [1996]), presenting the analogy as a factor of creation and evolution of language, reflecting on its mutability and its representations (writing and speaking). Also, adding to the reflections the studies by Bagno (2015) and Franco & Cervera (2014).

**KEYWORDS:** Linguistic. Gender neutral language. Analogy. Value.

A não-binariedade de gênero (gênero não-binário) é um termo utilizado por e para pessoas que não se identificam socialmente com uma identidade de gênero inteiramente e somente homem ou mulher. “Bom dia à todxs”, “@s funcionári@s estão em greve” e “Vou viajar com amigas nas férias” são exemplos de uma linguagem em que essas pessoas podem se ver representadas.

Assim, apresentada como linguagem neutra de gênero, o objetivo dessa forma de se comunicar é não cair no binarismo masculino/feminino no uso da língua. Nesse sentido, os debates sobre novas formas em relação a (não)marcação de gênero na língua serem impronunciáveis, não darem conta da real diversidade, sobre a impossibilidade de mudança em uma língua e a necessidade de preservar formas arraigadas e hereditárias da mesma são extensos.

---

<sup>1</sup> Mestrando em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) na Linha de pesquisa de Análises textuais, Discursivas e Enunciativas e Membro do Grupo de pesquisa Discurso, Arquivo e Autoria. Licenciado em Letras Português/Inglês (2019) pelo Instituto Federal do Rio Grande do Sul - Campus Osório (IFRS). E-mail: nuneseze@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9213-6762>.

Principalmente no meio LGBT é possível encontrar o uso da linguagem neutra de gênero, em postagens nas redes sociais, em eventos, livros etc. O indivíduo, quando o texto é escrito, tem optado por diferentes formas de não designar um gênero binário, como, por exemplo, ao invés de escrever *todos*, escreve *todxs*, *tod@s* e *todes*, sendo que as duas primeiras possibilidades não se apresentam na língua falada.

Em texto apresentado em coluna da Gazeta do povo, Muniz (2018) afirma que de acordo com a linguística, gênero neutro não funciona. Seus argumentos estão centrados em afirmações do linguista Sírio Possenti (2012), as que se seguem: o gênero masculino abarca todos os indivíduos referidos, chamado de masculino genérico, enquanto o uso de gênero feminino segmenta/particulariza o uso do gênero. Isto é, “todos” tangenciaria uma totalidade de pessoas, enquanto “todas” somente se referiria às pessoas femininas.

Ademais, a democratização da língua portuguesa, apresentada pelos grupos sociais de minoria, sugere uma mudança na língua, questionada por linguistas e não linguistas que dizem ser impossível tal (e)feito. A origem do masculino genérico está no latim, base da língua portuguesa, e aponta para a terminação “o” como neutra. Logo, como apontam os tradicionalistas, não seria um uso preconceituoso e, ainda, por estar na origem, ser uma base, não há o que mudar. Este debate, claro, não ocorre somente na língua portuguesa. Outra polêmica global surge também na França, tendo alguns movimentos sociais difundido a língua francesa como machista.

Em busca de outros debates, nos deparamos com mais alguns argumentos, do tipo: “a sugestão de mudança é uma ameaça à língua”, “tal forma é impossível de falar, logo, não há como registrar” e “o gênero da palavra nada se refere/se compara com gênero da pessoa”. Tais pontos sugerem que a língua não é mutável, não evolui e, também, que língua falada e língua escrita são a mesma coisa. Portanto, com base em Saussure<sup>2</sup>, a proposta é apontar para os fatos da língua discutidos pelo autor e tentar mostrar que a língua permite tal mudança e evolução, que o falante tem a liberdade de criação e, por fim, que os novos termos podem possuir valor no sistema linguístico.

Com o advento da primeira mulher eleita presidenta do Brasil em 2011 (Dilma Rousseff), o debate sobre gênero do indivíduo estar representado no gênero gramatical ganha destaque. Eleita, Dilma recorre ao uso do substantivo feminino *presidenta* e causa alvoroço em nossa sociedade. Nessa época surgem inúmeros comentários a respeito de um suposto uso descabido do dito substantivo, que este era inexistente e impossível de existir, as pessoas “que se valem do discurso do ‘amor à língua portuguesa’ e da ‘defesa da língua’ sempre fazem isso recorrendo a argumentos de autoridades, como os ‘grandes escritores’, gramáticos e dicionaristas” (BAGNO, 2015, p. 299).

Bagno (2015) desmascara a polêmica da inexistência do termo *presidenta*, citando alguns dicionários de diferentes épocas (séc. XIX, XX e XXI) e mostrando que o termo existia e existe, mas nos lembra que o recurso ao dicionário não autoriza nem desautoriza as pessoas a dizerem ou não qualquer coisa. “Não é o dicionário que faz a língua” diz o autor (2015, p. 303), assim como:

Defender o uso de *presidenta* é algo que podemos fazer sem recorrer a nenhum dicionário, mas simplesmente adotando uma postura político-ideológica progressista, que reconhece que a gramática existe para servir aos falantes da língua, e não ao contrário. Não somos escravos da gramática: ela é que depende de nós para existir. Há 140 anos nenhum dicionário registrava doutora, engenheira, arquiteta, advogada, juíza [...] simplesmente porque as

---

2 Aqui será trabalhado com o Saussure de dois momentos: o Curso de Linguística Geral (1988 [1916]) e Escritos de Linguística Geral (2004 [1996]), compreendendo as especificidades e particularidades que cada obra elenca em relação à autoria destas.

mulheres em sua condição multimilenar de opressão por parte dos homens, não tinham acesso a nenhuma dessas profissões, a nenhum desses cargos políticos. (BAGNO, 2015, p. 303 - 304).

Estão cada vez mais presentes os argumentos de que a língua (o português, neste caso), por refletir uma sociedade, é machista e sexista. Como visto, com o fato das mulheres quase nunca estarem em uma tomada de posição pública, no sentido político-social, palavras que nomeiam e dão essa existência não existiam. Deste modo, surge a necessidade de o gênero feminino não só existir nas palavras, como também estar representado nos diversos setores sociais. Atualmente, nos deparamos com as desconstruções de gênero binárias; as minorias sexuais e de gênero, agora não só o feminino, também avançam nos vários setores da sociedade e clamam por essa representatividade, por essa existência e nomeação na e da língua.

No ano de 2014 já surgia o *Manual para o uso não sexista da linguagem*, o qual argumenta que vivemos em uma sociedade sem equidade entre homens e mulheres e objetiva apresentar soluções para utilizar no cotidiano uma linguagem não sexista, visto que é na língua e pela língua que as relações de poder, conhecimento e reconhecimento se estabelecem, crendo, deste modo, que determinados enunciados podem ser considerados machistas de acordo com o modo o qual são ditos. Desse modo, as autoras apontam:

Existe um uso sexista da língua na expressão oral e escrita (nas conversações informais e nos documentos oficiais) que transmite e reforça as relações assimétricas, hierárquicas e não equitativas que se dão entre os sexos em cada sociedade e que é utilizado em todos os seus âmbitos. (FRANCO; CERVERA, 2014, p. 5).

No tocante ao trabalho das autoras, os gêneros estão reduzidos à dicotomia masculino/feminino, apontados como determinados biologicamente pelo sexo (macho/fêmea) e não em uma perspectiva pós-estruturalista na qual estes são considerados construídos socialmente e que ainda podem existir diferentes identidades de gênero (transgênero, gênero fluído, não-binário, *queer* etc).

O Manual nos apresenta o que são usos sexistas (excludentes) e sugere novas formas para não refletir tal uso, por exemplo, sexista seria dizer “O homem evoluiu muito com o tempo.”, já a sugestão “correta” ficaria “A humanidade evoluiu muito com o tempo.”. Quando o desejo é de se referir a todas as pessoas, não faz sentido utilizar o homem/o masculino como genérico, simplesmente pelo fato de também existirem mulheres.

Sendo assim, as diversas sugestões que o Manual traz diz respeito a uma fala mais inclusiva, digo *fala* pois não altera estruturas da língua, não sugere outros termos além dos que já existem. Toda sugestão feita é em relação às escolhas de elementos da língua (signos) que abarque mais do que somente o gênero masculino. Em termos de praticidade, por exemplo:

**Tabela 1 - Recomendações de uma redação inclusiva**

<b>Redação excludente Não recomendada</b>	<b>Redação inclusiva Recomendada</b>
Os indígenas terão crédito...	A população indígena terá crédito...
Os jovens que desejem estudar...	A juventude que deseje estudar...
Os votantes do Distrito Federal tendem a...	O eleitorado do Distrito Federal tende a...
Os cidadãos se manifestaram...	A cidadania se manifestou...

Os alagoanos não querem que...	A população de Alagoas não quer que...
Os interessados em participar...	As pessoas interessadas em participar...
Os maiores de idade receberão uma...	As pessoas maiores receberão uma...
Os meninos terão atenção médica...	As crianças terão atenção médica, ou As meninas e os meninos terão atenção médica...

Fonte: Adaptado de Rio Grande Do Sul, 2014.

Portanto, enquanto o Manual foca em incluir o gênero feminino ou não designar algum binarismo, sugere opções de uso que, mesmo que sejam um dos primeiros passos para uma reflexão sobre inclusão na língua/linguagem que tange gênero social, ainda não deixa de excluir as pessoas não binárias (caso do último exemplo). Nesse sentido, se fazem necessárias as discussões apresentadas por Saussure. “Mas o que é a língua?” questiona o autor (1988), e responde:

Para nós, ela não se confunde com a linguagem; é somente uma parte determinada, essencial dela, indubitavelmente. É, ao mesmo tempo, um produto social da faculdade da linguagem e um conjunto de convenções necessárias, adotadas pelo corpo social para permitir o exercício dessa faculdade nos indivíduos. (SAUSSURE, p. 17).

Desse modo, Saussure coloca a língua como objeto de estudos da linguística e nos leva a compreender a língua como essa instituição social que permite com que nos comuniquemos. “A linguagem é um fenômeno; é o exercício de uma faculdade que existe no homem. A língua é o conjunto de formas concordantes que esse fenômeno assume numa coletividade de indivíduos e numa época determinada” (SAUSSURE, 2004, p. 115). A língua é social e funciona porque os falantes compartilham, muito similarmente, os mesmos signos em união com os mesmos conceitos. Em oposição ao compartilhamento em massa das ideias e sons, temos a execução individual da língua, e a essa execução que o autor chama de fala, “a qual é sempre individual e dela o indivíduo é sempre senhor” (SAUSSURE, 1988, p. 21).

Não só o indivíduo é o responsável por sua fala, como também são os indivíduos que fazem/constroem a língua. Saussure (1988, p. 196) nos diz que “nada entra na língua sem ter sido antes experimentado na fala, e todos os fenômenos evolutivos têm sua raiz na esfera do indivíduo”. Nesse sentido, tendo o indivíduo como ponto central nos fatos da língua, presenciamos algumas novas formas de não marcar gênero sendo experimentadas, pois, se a língua é determinada de acordo com uma época, estamos, no momento, presenciando essas novas formas.

Está cada vez mais comum encontrar formas escritas da não marcação de gênero que confundem o falante desejante do assentimento ao uso da língua minoritária em relação à produção fonética destas, quando se usa “@” e “x” (exemplo: tod@s, todxs). Estas formas têm incomodado por pelo menos duas razões: a respeito de como pronunciar e, a segunda, em razão dos aplicativos de leitura para deficientes visuais não as reconhecerem. Os softwares de dispositivos de leitura lerão o “@” e o “x”, dificultando a compreensão (auditiva) do usuário.

Destarte, quando se experimenta na fala, o falante tem optado pelo uso da vogal “e”, por exemplo: todes, alunes, amigues. Com os apontamentos feitos, a intenção não é dizer o que é certo ou errado, o que cabe ao indivíduo fazer com a língua ou não. A questão é se ter consciência das diferenças na língua falada e escrita, compreender que formas que o falante não consegue experimentar na fala, dificilmente adentrarão o sistema; além do mais, como se fala

em língua inclusiva, também, está deixando de incluir se há impossibilidade ou dificuldade de comunicação para/com os deficientes visuais.

No princípio de criação com o cálculo da quarta proporcional (SAUSSURE, 1988, p. 187) pode-se entender a adoção da vogal “e” como repetição à semelhança dos substantivos e adjetivos que terminam com tal vogal e não marcam gênero. Pois, segundo Saussure (1988, p. 187), “a analogia supõe um modelo e sua imitação regular. Uma forma analógica é uma forma feita à imagem de outra ou de outras, segundo uma regra determinada”. Também, segundo o autor (2004, p. 78) “a ‘mudança’ analógica, vista de um certo observatório, é comparável à mudança fonética [...]. Na mudança fonética há, verdadeiramente, uma coisa que existe e se transforma.”.

Podendo somente a mudança fonética se realizar com o falante e essa mudança implicando também uma criação analógica, diria que uma coisa já existe e outra se cria. Sendo assim, temos, quando há formas masculinas e femininas de uma palavra, uma nova criação que não marca um gênero binário em relação às palavras em que existe o masculino genérico terminado em “e” e que o artigo determina o gênero.

Logo:

$$a \text{ estudante} : o \text{ estudante} : \text{estudante} = \text{aluna} : \text{aluno} : x \\ x = \text{alune}$$

então,

$$\text{aluna/o} : \text{alune} = \text{amiga/o} : x \\ x = \text{amigue}$$

Quando a palavra termina com “ia” (feminino) ou “io” (masculino), o “e” acompanhará o “i” (ver o exemplo abaixo). Outro exemplo ocorre com palavras as quais a forma feminina surge com o acréscimo da vogal “a” e essa é antecedida de “i” ou que se substitui a última vogal da forma masculina por “a” também após a vogal “i”, ocorrendo a adição das vogais “ie” ou substituição com elas para a marcação não binária de gênero.

Assim:

$$\text{voluntário} : \text{voluntária} : \text{voluntárie} = \text{professor} : \text{professora} : x \\ x = \text{professorie}$$

Além disso, sobre a analogia, Saussure (1988) aponta:

A analogia nos ensina, portanto, uma vez mais, a separar a língua da fala (ver p. 26); ela nos mostra a segunda como dependente da primeira e nos faz tocar com o dedo o jogo do mecanismo linguístico, tal como descrito na p. 150. Toda criação deve ser precedida de uma comparação inconsciente dos materiais depositados no tesouro da língua, onde as formas geradoras se alinham de acordo com suas relações sintagmáticas e associativas. (SAUSSURE, 1988, p. 192).

Novamente, o falante é apontado como o responsável pela analogia. O falante é o tesouro da língua, é no falante e pelo falante que a língua se realiza, se modifica, é criada e evolui. Portanto, a analogia se consagra como um fator de evolução da língua, pois “há, em cada região do globo, um estado de língua que se transforma lentamente, de semana em semana, de mês em mês, de ano em ano e de século em século [...]” (SAUSSURE, 2004, p. 134).

Nesse sentido, se faz necessária a conceitualização do que é língua falada e escrita. Dizer que a escrita é um registro da língua não significa que a escrita é a língua que falamos. Vejamos, Saussure (1988, p. 34) diz que “a escrita pode muito bem, em certas condições, retardar as modificações da língua, mas, inversamente, a conservação desta não é, de forma alguma, comprometida pela ausência de escrita.”. Tanto é que, uma língua pode muito bem manter muitas formas imutáveis na fala sem que essas estejam registradas, assim como o registro escrito não garante que novas criações corroborem para mudanças na língua, como é o caso da analogia apresentada anteriormente.

Saussure coloca o princípio de transformação incessante das línguas como absoluto. O autor aponta:

Não ocorre o caso de um idioma que se encontre em estado de imobilidade e de repouso. Os impulsos que criam esse movimento são a tal ponto incompreensíveis e incoercíveis que línguas como a nossa, cuja vida se tornou quase que totalmente artificial, são obrigadas elas mesmas, a ceder a ele; a tirania da língua escrita, essa espécie de camisa-de-força que é o francês oficial, tem, certamente, o efeito de travar a sua marcha, mas é incapaz de detê-la completamente e, muitas vezes, nem desconfiamos da distância que já percorreu a língua verdadeira [...]. (SAUSSURE, 2004, p. 138).

São nos princípios de continuidade e mutabilidade da língua que o autor demonstra que as línguas se modificam. Mesmo que exemplificado com o francês, os mesmos princípios podem ser aplicados ao português. A escrita garantirá o registro da língua em uma determinada época, mas a escrita nem de perto é o que a língua verdadeiramente é, viva, construída e reconstruída diariamente pelo falante, “que rolará e se desenrolará indefinidamente no tempo” (SAUSSURE, 2004, p. 137).

No que diz respeito às novas criações, se estas formas cabem no nosso atual sistema de língua ou não, vale ressaltar que se novas palavras significam, se têm valor, é um importante passo para adentrar no sistema linguístico. Vejamos, se é falado “todas as amigas vão arrasar”, entende-se que esses sujeitos que irão arrasar se identificam com uma identidade de gênero feminina. Já, se é dito que “*todes amigues* virão dar um close”, é compreensível que diferentes sujeitos apresentados nas diversas relações de gênero e sexualidade irão vir dar um close, ou, que pelo menos estes se apresentam com o gênero não-binário. É na oposição com as formas masculinas e femininas que a forma a qual não marca gênero, ou marca o gênero não-binário, se apresenta com significado e sentido.

Para Saussure (2004, p. 36), a Forma é igual a “não uma certa entidade positiva de uma ordem qualquer, e de uma ordem simples; mas a entidade ao mesmo tempo negativa e complexa: que resulta (sem nenhuma espécie de base material) da diferença com outras formas, combinada à diferença de significação de outras formas.”. Assim, para uma forma existir, ela não deve deixar de ter oposição com outras formas e não deve ser separada do seu sentido.

Ademais, Saussure (1988, p. 133) nos diz que “visto ser a língua um sistema em que todos os termos são solidários e o valor de um resulta tão somente da presença simultânea de outros”, isso significa que o valor de um signo é determinado em diferença ao valor dos outros signos. É nesse contraste que uma significação possível do signo se constitui, na oposição dos valores. Ou seja, o signo possui significado e, quando no sistema, possui um valor, que é ser o que os outros signos não são, construindo o sentido também na relação que se dá com outros signos.

“1º Um signo só existe em virtude de sua significação; 2º uma significação só existe em virtude de seu signo; 3º signos e significações só existem em virtude da diferença dos signos.” (SAUSSURE, 2004, p. 37). Estudando os morfemas “e” e “ie” nas novas formas de designar gênero como signos, é possível notar, então, que os sentidos construídos acerca desses signos

são possíveis em relação ao valor que tomam em consonância com as formas em que o gênero masculino funciona como genérico e naquelas em que masculino e feminino são determinados, caso dos signos “o”, “a” e também “e”.

Enfim, percebemos que o uso de um gênero “neutro” tem significado e vale no sistema da nossa língua. Vale porque se opõe às formas binárias de representação, significa porque tem relação com outros signos, e não só isso, surge como uma criação em imagem a outros elementos (analogia).

Então, se houve a necessidade de surgir o gênero feminino para representar o feminino (como o caso de presidenta e outros termos), por que é difícil lidar com o surgimento de novas formas que representem mais sujeitos? Aqui não se propõe a maneira correta, nem pretendemos resolver a problemática do uso. Precisaria de mais análises para afirmar que talvez uma das soluções seja que em substantivos onde se entende que abarca masculino e feminino haja uma educação linguística para que tal proposição seja compreendida e encerrar o masculino genérico.

Na ordem da representatividade e reconhecimento, exemplifico: em um evento sobre gênero e sexualidade, o palestrante recebe os ouvintes com um “Sejam *todes* bem-vindes”. Nesse momento é possível se certificar que, pelo menos, o uso de uma marcação neutra no gênero busca entender e respeitar aqueles que ali estão presentes, pelo simples fato de que na diversidade de ouvintes presentes, mais de dois gêneros (masculino/feminino) são identificados.

Em outra fala, uma estudante transexual levanta o questionamento sobre a polêmica em questão de travestis, se o certo seria utilizar *o travesti* ou *a travesti*. A resolução apresentada por ela é de que se deve questionar a pessoa sobre a sua preferência em como ser chamado/a. Entre um uso e outro, a sensibilidade a se ter é de decidir respeitar o sujeito com o qual se conversa/refere. É necessário compreender que gênero gramatical se refere, também, a alguém, e nessa referência, a inclusão se faz mais do que precisa e importante quando falamos em representatividade, respeito e direito.

É possível, ainda, encontrar debates em que é dito que gênero gramatical não se refere às pessoas, que o gênero de um substantivo não tem relação alguma com o ser humano. Ora, se não houvesse relação e alguém dissesse “Jéssica é bonito/amigo”, sendo que Jéssica se identifica socialmente como mulher, a relação com o adjetivo/substantivo não estaria adequada, se não fosse isso, seria possível entender que Jéssica é do gênero masculino ou outro. Logo, se estou apresentando uma pessoa não-binária, é adequado que me refira a ela, nesse exemplo, como *bonite/amigue*.

Dentro dos grupos minoritários, a exemplo, o LGBT, em que é possível presenciar com maior frequência o uso desse tipo de linguagem, ainda há algumas discordâncias. Por um lado, pode se entender que a linguagem neutra de gênero propõe que se reconheça que há sujeitos binários e não binários e que os usos apresentados no texto, por exemplo, serviriam para todos os indivíduos. Já de outro lado, há o entendimento de que a não marcação de gênero serve apenas para pessoas não binárias (que não possuem gênero masculino ou feminino). Logo, o problema linguístico da não marcação de gênero surge com duas máximas:

1. a criação da linguagem neutra de gênero para que nenhum gênero seja referenciado e todos(es) sejam incluído(es).  
ou
2. a não marcação binária de gênero para referenciar sujeitos os quais não se inserem na binariedade dos gêneros presentes em nossa sociedade (e língua).

Em 1 todas as formas masculinas e femininas da língua teriam que ser abolidas, e mais do que isso, o binarismo de gênero em nossa sociedade teria que ser exterminado. Para um uso

não binário, as pessoas deveriam se sentir não binárias, desconstruir o masculino/feminino para se sentirem representados na língua, então falaríamos de gênero neutro. Logo, enquanto houver pessoas com gênero binário, haverá palavras com gênero binário. Em 2, o que acontece é que a problemática de usar marcação não binária de gênero na língua para incluir pessoas não binárias excluiria as binárias. Se um anúncio de emprego disser “precisa-se de professorias”, será entendido que as pessoas a serem candidatas devem ser não binárias. Já, para haver a representatividade de todos os grupos e o anúncio se estender a esses, o anúncio deverá dizer “precisa-se de professores, professoras e professorias”, e então não temos uma neutralidade, enquanto for ou um ou outro.

A discussão sobre a linguagem neutra de gênero não se encerra tão cedo, principalmente no que tange a análises sobre outros termos da língua. Assim, essa mudança que busca representatividade e inclusão não é tão simples principalmente pelo fato de o quanto estamos condicionados à língua que nossa sociedade utiliza e estamos inseridos. O caminho para o surgimento, no Brasil, de uma língua não-binária, não androcentrada e não determinista me parece longo, visto que o Brasil, um dos países que mais mata LGBT's<sup>3</sup>, permanece numa perspectiva cis heteronormativa e LGBTfóbica em que as causas dos movimentos de minorias são apagadas e silenciadas.

Por fim, como nos dizem Franco e Cervera no *Manual para o uso não sexista da linguagem* (2014, p. 14), “a língua é um instrumento flexível, em evolução constante, que pode ser perfeitamente adaptada a nossa necessidade ou ao desejo de comunicar, de criar uma sociedade mais equitativa.”. Nesse sentido, Preciado (2014) nos apresenta a visão do sistema sexo/gênero enquanto escritura, em que o corpo é um texto socialmente construído. Portanto, o que a autora critica diz respeito à erradicação das marcas de gênero na língua como utópica e nos faz refletir sobre a importância de termos como nos referir a esses gêneros presentes na sociedade e a luta por direitos que lhes perpassa. Na prática, como se dá a defesa/conquista dos direitos das mulheres se não termos gênero, também gramatical nesse caso, para referenciá-las? logo:

A questão não reside em privilegiar uma marca (feminina ou neutra) para levar a cabo uma discriminação positiva, tampouco em inventar um novo pronome que escapasse da dominação masculina e designasse uma posição de enunciação inocente, uma origem nova e pura para a razão, um ponto zero no qual surgisse uma voz política imaculada. O que é preciso fazer é sacudir as tecnologias da escritura do sexo e do gênero, assim como suas instituições. Não se trata nem mesmo de se desfazer das marcas de gênero ou das referências à heterossexualidade, mas sim de modificar as posições de enunciação. (PRECIADO, 2014, p. 27).

Sendo assim, é possível, sim, pensar em formas de se comunicar que não excluam as pessoas nas suas respectivas diversidades, além de que, como visto, também é possível criar novos termos na língua que incluam, representem e respeitem. O desafio que fica, talvez, não resida apenas no uso linguagem, na sua estrutura e constituição, mas principalmente no desejo de criar tal sociedade mais equitativa.

## Referências

ARRAIS, Diogo. A língua portuguesa é machista? Veja a resposta de um professor. Exame. 21 mar 2017. Carreira. Disponível em:

---

3 <https://www.brasildefato.com.br/2019/06/28/editorial-or-ano-apos-ano-brasil-segue-na-lista-dos-paises-que-mais-mata-lgbts/>



<https://exame.abril.com.br/carreira/a-lingua-portuguesa-e-machista-veja-a-resposta-de-um-professor/>. Acesso em: 20 dez 2019.

BAGNO, Marcos. **Preconceito linguístico**. 56. ed. São Paulo: Parábola editorial, 2015.

MUNIZ, Andressa. "Elx, el@s, todxs? Na língua portuguesa, sem gênero neutro: apenas masculino e feminino". Gazeta do povo. Curitiba, 02 jan 2018. Educação. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/educacao/elx-els-todxs-na-lingua-portuguesa-sem-genero-neutro-apenas-masculino-e-feminino-bm8jcy7i87jfe7geodpop4cbg/>. Acesso em: 20 dez 2019.

POSSENTI, Sírio. Questão de gênero. Ciência hoje. Rio de Janeiro, 29 jun 2012. Disponível em: <https://cienciahoje.org.br/coluna/questao-de-genero/>. Acesso em: 23 ago 2021.

PRECIADO, Beatriz. **Manifesto contrassexual**. 1. ed. São Paulo. N-1 edições, 2014.

RIBAS, Paula. Adotando a linguagem neutra de gênero. **Medium**. 2017. Disponível em: <https://medium.com/coragem/adoptando-a-linguagem-neutra-de-g%C3%AAnero-e509e6e4e06c>. Acesso em: 20 dez 2019.

RIO GRANDE DO SUL. **Manual para o uso não sexista da linguagem**: o que bem se diz bem se entende. Secretaria de Políticas para as Mulheres. 2014. Disponível em: <https://www.google.com/search?client=ubuntu&channel=fs&q=manual+nao+sexista&ie=utf-8&oe=utf-8>. Acesso em: 20 dez 2019.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de Linguística Geral**. 14. ed. São Paulo: Cultrix, 1988 [1916].

SAUSSURE, Ferdinand de. **Escritos de Linguística Geral**. 1. ed. São Paulo: Cultrix, 2004 [1996].

Submetido em 16/03/2021

Aceito em 15/10/2021